

Saúde Da Mulher No Âmbito Coletivo: Perspectivas Históricas, Equidade E Garantias

Mario Angelo Cenedesi Júnior, Adriana Pereira Duarte,
Arlete Do Monte Massela Malta, Paulo Rogério Ferreira Pinto,
Jayna Epaminondas Rodrigues, Rocio Edy Jacobe Ilizarbe,
Sônia Maria Alves Da Silva, Dirce Rodrigues Vitório Pacheco
Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales, Argentina

Resumo:

Este artigo analisa diversos aspectos da saúde da mulher no Brasil, abordando desde questões históricas até desafios contemporâneos. Inicialmente, destaca-se o percurso da saúde da mulher desde o século XX até os dias atuais, com ênfase nos avanços e desafios enfrentados, como acesso limitado aos serviços de saúde e persistência da violência de gênero. Em seguida, são discutidos temas como acesso à saúde, violência contra a mulher, saúde reprodutiva, prevenção e tratamento de cânceres de mama e colo do útero, e saúde mental. O texto destaca a importância da conscientização, políticas públicas eficazes e investimentos contínuos para garantir a saúde e o bem-estar das mulheres no país.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Acesso à saúde; Violência de Gênero; Saúde Mental; Saúde Pública

Date of Submission: 01-05-2024

Date of Acceptance: 10-05-2024

I. Introduction

A saúde da mulher no Brasil abrange uma série de questões relacionadas ao bem-estar físico, emocional e social das mulheres. Embora tenha havido avanços significativos nas últimas décadas, ainda existem desafios a serem superados para garantir uma saúde equitativa e de qualidade para todas as mulheres no país.

Esse artigo, de maneira teórica, traz alguns aspectos que envolvem a Saúde da Mulher, no Brasil, em seus multiconceitos, de forma a provocar uma discussão no que tange à reformulação de Políticas Públicas específicas sobre esse tema.

II. Method

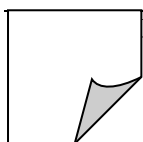
No contexto de um ensaio acadêmico sobre a Saúde da Mulher, no Brasil, a metodologia desempenha um papel crucial na análise e compreensão dessas condições de saúde. Uma abordagem metodológica robusta pode envolver a combinação de métodos quantitativos e qualitativos para examinar as complexas relações entre determinantes sociais e saúde. Isso pode incluir a análise de dados demográficos e epidemiológicos para identificar padrões de incidência e prevalência de doenças em diferentes grupos sociais, bem como estudos qualitativos que exploram as experiências e percepções das comunidades afetadas. Além disso, pesquisas participativas e colaborativas com indivíduos e grupos marginalizados podem ser essenciais para entender os contextos sociais e culturais que moldam as disparidades de saúde. Ao adotar uma abordagem metodológica abrangente e inclusiva, os pesquisadores podem contribuir significativamente para a identificação de políticas e intervenções eficazes que abordem as raízes sociais das doenças e promovam a equidade em saúde no Brasil. (Como este é um ensaio acadêmico livre, as referências bibliográficas utilizadas para a elucidação temática estão localizadas no final do texto, em vez de inseridas no corpo dele).

III. Resultados E Discussão

Aspectos Históricos

A saúde da mulher no Brasil tem uma história marcada por desigualdades e lutas feministas. Durante muitos anos, as mulheres enfrentaram dificuldades para acessar serviços de saúde adequados, principalmente devido à invisibilidade das necessidades específicas das mulheres na área da saúde.

No início do século XX, a saúde da mulher estava principalmente relacionada à saúde reprodutiva, com foco no controle da natalidade e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, as ações de



saúde voltadas para as mulheres eram escassas e muitas vezes restritas a questões maternas, como a assistência ao parto.

Foi na década de 1970, com o movimento feminista ganhando força, que a saúde da mulher começou a ganhar maior visibilidade. Nesse período, surgiram organizações e grupos de mulheres que começaram a questionar as práticas médicas tradicionais e a exigir serviços de saúde mais inclusivos e centrados nas necessidades específicas das mulheres. Muitas dessas demandas estavam relacionadas ao direito ao aborto seguro, ao acesso a métodos contraceptivos e ao combate à violência obstétrica.

Ainda na década de 1970, ocorreu um importante marco na saúde da mulher no Brasil com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983. Esse programa tinha como objetivo oferecer serviços de saúde específicos para as mulheres, incluindo atendimento pré-natal, parto humanizado, planejamento familiar e prevenção e tratamento de doenças ginecológicas. O PAISM representou um avanço significativo na atenção à saúde da mulher, porém ainda enfrentava desafios como a falta de infraestrutura adequada e a falta de profissionais capacitados.

Nos anos seguintes, a saúde da mulher no Brasil continuou evoluindo, com a criação de políticas públicas voltadas para a saúde materna e a redução da mortalidade materna. O acesso ao aborto seguro, entretanto, ainda é um tema polêmico e de debate acalorado no país.

A partir dos anos 2000, o Ministério da Saúde ampliou o escopo da atenção à saúde da mulher, com a incorporação de ações de prevenção e tratamento de doenças não apenas do sistema reprodutivo, mas também de outras doenças que afetam as mulheres, como câncer de mama e de colo do útero. Também foram criados programas de rastreamento do câncer de mama e de colo do útero, visando à detecção precoce dessas doenças.

Acesso À Saúde

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras é o acesso aos serviços de saúde. Muitas mulheres vivem em áreas rurais ou em comunidades de baixa renda, onde o acesso a hospitais, clínicas e profissionais de saúde é limitado. Isso dificulta o diagnóstico precoce e o tratamento de doenças, além de afetar o acesso a serviços como de contracepção, planejamento familiar e cuidados pré-natais.

O acesso da mulher à saúde no Brasil é uma questão bastante complexa e envolve diversos aspectos, desde o acesso ao serviço, a qualidade do atendimento, a educação em saúde, a prevenção e o enfrentamento de violências de gênero, entre outros. Embora tenham ocorrido avanços significativos nos últimos anos, ainda existem desafios e desigualdades a serem superados.

Um dos principais reveses enfrentados pelas mulheres é o acesso a serviços de saúde com qualidade. Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha o objetivo de garantir o acesso universal e integral à saúde, as mulheres muitas vezes enfrentam obstáculos para obter atendimento adequado e especializado. Isso ocorre, em parte, devido à falta de profissionais capacitados, principalmente em áreas rurais e periféricas, e à falta de estrutura e equipamentos adequados.

Outra questão importante é a garantia do acesso a serviços de saúde voltados especificamente para a saúde das mulheres, como o acompanhamento do ciclo reprodutivo, a prevenção e o tratamento de doenças ginecológicas, a assistência pré-natal, o parto humanizado e a saúde sexual e reprodutiva. Esses serviços são essenciais para a promoção da saúde e a prevenção de doenças, e o acesso a eles deve ser assegurado a todas as mulheres, independentemente de sua classe social, raça, etnia ou orientação sexual.

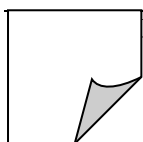
Em tempo, é fundamental garantir que as mulheres tenham acesso a informações e educação em saúde, de forma a capacitá-las a cuidar de sua própria saúde e tomar decisões informadas sobre seu corpo e sua vida. É importante que as políticas de saúde incluam ações de promoção da saúde voltadas especificamente para as mulheres, visando a prevenção de doenças e a promoção de estilos de vida saudáveis.

Outro revés importante diz respeito à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero. As mulheres têm maior vulnerabilidade a diversos tipos de violência, como a violência doméstica, o estupro e o assédio sexual. É essencial que os serviços de saúde estejam preparados para identificar, acolher e apoiar mulheres vítimas de violência, garantindo o seu acesso a atendimento adequado, proteção e assistência psicossocial.

Em resumo, embora tenham ocorrido avanços no acesso da mulher à saúde no Brasil, ainda há impasses a serem superados. É necessário garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, tanto em termos de infraestrutura quanto de profissionais capacitados. Além disso, é fundamental garantir a oferta de serviços e informações específicas para as necessidades das mulheres, bem como o enfrentamento e a prevenção da violência de gênero. Somente assim será possível garantir a plena saúde e o bem-estar das mulheres no país.

Violência Contra A Mulher

Outra questão a se destacar é a violência contra a mulher, que afeta significativamente a saúde física e emocional das mulheres. O Brasil é um dos países com maiores taxas de violência doméstica e feminicídio, o que coloca as mulheres em risco constante. Essa violência tem impactos diretos na saúde mental e física das mulheres, causando traumas, lesões e até a morte.



Nos últimos anos, a violência contra a mulher tem sido um tema amplamente discutido e cada vez mais evidente na sociedade. Essa forma de violência abrange desde agressões físicas, psicológicas e sexuais até o feminicídio, que é o assassinato de mulheres no contexto da violência de gênero.

Apesar dos avanços significativos em termos de direitos das mulheres ao longo das décadas, essa forma de violência continua sendo uma realidade assustadora e persistente. Relatórios e estatísticas mostram que a violência contra a mulher ocorre em todos os países, independente de desenvolvimento econômico, cultural ou educacional, e afeta mulheres de todas as idades, etnias e classes sociais.

A violência contra a mulher está enraizada em desigualdades de gênero e em normas sociais que perpetuam a ideia de superioridade masculina e inferioridade feminina. Essas normas também podem ser reforçadas por fatores como a cultura do machismo, a desigualdade salarial, a falta de acesso a educação e saúde adequadas, entre outros.

Felizmente, nos últimos anos, o tema tem ganhado maior visibilidade e atenção tanto por parte da sociedade civil quanto dos governos. Campanhas de conscientização, movimentos sociais e leis mais rigorosas têm sido implementadas em diversos países para combater essa violência e proteger as mulheres.

No Brasil, por exemplo, a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, é uma das legislações mais eficientes e abrangentes no combate à violência contra a mulher. Além disso, diversos órgãos governamentais e organizações da sociedade civil têm realizado ações de prevenção e apoio às vítimas.

Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para erradicar esse problema. É fundamental continuar educando e conscientizando a população sobre os direitos das mulheres e as consequências devastadoras da violência de gênero. Também é necessário fortalecer as políticas de proteção às vítimas, oferecendo suporte adequado às mulheres agredidas e investindo em programas de prevenção e reeducação para os agressores.

A violência contra a mulher é um grave problema que afeta a sociedade como um todo. O combate a essa violência é uma responsabilidade coletiva e requer ações conjuntas de todos os setores da sociedade para que se possa construir um futuro mais igualitário, justo e seguro para as mulheres.

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo um aumento alarmante dos casos de violência contra as mulheres ao redor do mundo. O isolamento social e as medidas de restrição impostas para conter a propagação do vírus criaram um ambiente propício para o aumento da violência doméstica e de gênero.

Com o fechamento das escolas, o trabalho remoto e a diminuição das oportunidades de sair de casa, as mulheres ficaram em maior contato com seus agressores, muitas vezes trancadas em casa por períodos prolongados. Isso resultou em um aumento significativo dos episódios de violência intrafamiliar, incluindo agressões físicas, psicológicas e sexuais.

Além disso, a crise econômica causada pela pandemia também agravou as condições de vida de muitas famílias, aumentando o estresse e as tensões dentro dos lares. Essa situação pode levar a um aumento da violência, pois o agressor pode usar a falta de recursos ou o desemprego como justificativa para exercer poder e controle sobre a mulher.

Outro fator preocupante é a dificuldade enfrentada pelas mulheres em denunciar a violência durante a pandemia. O isolamento social tornou mais complexo o acesso a redes de apoio, como centros de atendimento a vítimas e delegacias especializadas. Além disso, a falta de privacidade em casa devido à presença constante do agressor pode impedir a mulher de buscar ajuda.

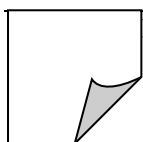
As consequências da violência contra as mulheres durante a pandemia são devastadoras. As vítimas sofrem não só danos físicos, mas também efeitos psicológicos graves, como ansiedade, depressão e síndrome do estresse pós-traumático. Além disso, a violência pode afetar diretamente a saúde das mulheres, aumentando o risco de infecção pelo vírus ou impedindo o acesso a recursos médicos necessários.

É fundamental que os governos e as instituições tomem medidas urgentes para enfrentar essa crise. As autoridades devem garantir que os serviços de apoio e proteção às mulheres permaneçam abertos durante a pandemia e que haja campanhas de conscientização sobre o tema. Além disso, é crucial envolver a comunidade para identificar e denunciar casos de violência, bem como promover uma educação de gênero desde cedo, para prevenir a violência futura.

A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos e deve ser tratada como uma questão urgente e prioritária, tanto durante a pandemia de COVID-19 quanto em qualquer outro contexto. É necessário criar um ambiente seguro e livre de violência para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e viver uma vida digna.

Saúde Reprodutiva

A saúde reprodutiva também é um tema relevante na saúde da mulher. O acesso a métodos contraceptivos, como pílulas anticoncepcionais e preservativos, é fundamental para que as mulheres possam controlar sua fertilidade e realizar escolhas reprodutivas conscientes. Além disso, o acesso a cuidados pré-natais de qualidade é crucial para uma gestação saudável e para reduzir a mortalidade materna e neonatal.



A saúde reprodutiva é um direito fundamental da mulher que envolve diversos aspectos relacionados à sua saúde física, mental e social. No Brasil, esse direito é garantido por leis e políticas públicas que visam promover a igualdade de gênero e o acesso universal aos serviços de saúde relacionados à saúde reprodutiva.

Um dos principais aspectos da saúde reprodutiva no Brasil é o acesso ao planejamento familiar. Isso inclui o acesso a métodos contraceptivos modernos e eficazes, além da informação e educação sexual adequadas. O objetivo é proporcionar às mulheres o direito de decidir livremente sobre a quantidade e o espaçamento de seus filhos, bem como prevenir gravidezes indesejadas e a ocorrência de abortos inseguros.

Além disso, a saúde reprodutiva no Brasil envolve o acesso a serviços de pré-natal de qualidade, para garantir uma gestação saudável e diminuir os riscos para a mulher e o feto. Isso inclui consultas médicas regulares, exames laboratoriais, ultrassonografias e cuidados específicos para mulheres com condições de saúde pré-existentes.

Outro aspecto importante é a garantia do acesso à assistência durante o parto, com a possibilidade de escolher entre parto normal ou cesariana, respeitando as preferências da mulher e as recomendações médicas. É fundamental que a mulher seja tratada com dignidade, respeito e tenha acesso à informação necessária para tomar decisões informadas sobre seu próprio corpo e saúde.

Ademais, a saúde reprodutiva também engloba a prevenção e o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, o acompanhamento pós-parto, a prevenção e combate à violência obstétrica, bem como o acesso à saúde reprodutiva no contexto da adolescência, levando em consideração as necessidades específicas dessa faixa etária.

Embora o Brasil tenha avançado nas políticas relacionadas à saúde reprodutiva nos últimos anos, ainda existem desafios a serem enfrentados. Problemas como a falta de informação e educação sexual adequadas, a dificuldade de acesso a serviços de saúde em áreas remotas e a persistência de práticas discriminatórias e violentas contra as mulheres são questões que precisam ser abordadas de forma mais efetiva.

Prevenção E Tratamento Dos Cânceres De Mama E Do Colo Uterino

Ainda sobre a saúde da mulher no Brasil, outro pilar deve ser destacado, que é a prevenção e o tratamento do câncer de mama e do colo do útero. A mamografia e o exame de Papanicolau são fundamentais para o diagnóstico precoce dessas doenças, que são as principais causas de morte por câncer entre as mulheres no país. No entanto, muitas mulheres ainda enfrentam barreiras para realizar esses exames, seja por falta de acesso, falta de conhecimento sobre a importância da prevenção ou por questões culturais.

O câncer de mama e o câncer de colo do útero são duas das principais causas de morte por câncer em mulheres no Brasil. Ambos possuem altas taxas de incidência e representam um grave problema de saúde pública.

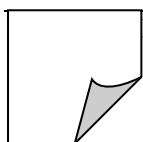
O câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres brasileiras, respondendo por cerca de 30% dos novos casos de câncer a cada ano. Apesar do aumento da conscientização e da detecção precoce, muitos casos ainda são diagnosticados em estágios avançados, o que dificulta o tratamento e reduz as chances de cura. O acesso a mamografias e exames clínicos das mamas é fundamental para a detecção precoce desse tipo de câncer.

Já o câncer de colo do útero é a terceira neoplasia maligna mais comum entre as mulheres brasileiras, sendo a principal causa de morte por câncer entre as mulheres em algumas regiões do país. Esse tipo de câncer está diretamente associado à infecção pelo vírus do papiloma humano (HPV) e pode ser prevenido com a vacinação e a realização regular do exame Papanicolau. No entanto, apesar das diretrizes de saúde preconizarem a realização desse exame periodicamente, muitas mulheres ainda não têm acesso a essa prevenção.

Em relação aos direitos das mulheres à prevenção e tratamento desses cânceres, o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil oferece cobertura para o rastreamento e tratamento do câncer de mama e de colo do útero. O Ministério da Saúde implementou o Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama e o Programa Nacional de Rastreamento do Câncer do Colo do Útero, buscando aumentar o acesso a exames preventivos, promover a detecção precoce e melhorar o tratamento dessas doenças.

No mais, a Lei nº 12.732/2012 garante o tratamento gratuito e o acesso integral às pacientes com câncer no SUS. Essa lei assegura o início do tratamento no prazo máximo de 60 dias a partir do diagnóstico. Também é importante ressaltar que a Lei dos 30 dias (Lei nº 12.732/2012) assegura atendimento gratuito e em tempo hábil às pacientes com câncer de mama.

No entanto, mesmo com os avanços na prevenção e tratamento do câncer de mama e do câncer de colo do útero, ainda existem desafios no acesso às políticas de saúde e na conscientização das mulheres sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. É essencial que haja investimento contínuo na ampliação e fortalecimento das políticas de saúde voltadas para essas doenças, além de uma maior divulgação e conscientização sobre a importância da prevenção e do acesso aos exames.



Saúde Mental Da Mulher, No Brasil

A saúde mental é uma questão que vem merecendo os holofotes no Brasil e no mundo, principalmente após a Pandemia de COVID-19. No campo da saúde mental, a depressão, a ansiedade e outros transtornos mentais também afetam significativamente as mulheres brasileiras. Fatores socioeconômicos, violência de gênero, dupla jornada de trabalho e pressões sociais contribuem para a alta prevalência desses problemas. Contudo, ainda há um estigma em torno da busca por ajuda psicológica, o que dificulta o acesso a tratamentos adequados.

As mulheres enfrentam vários desafios em relação à saúde mental, relacionados a fatores como desigualdade de gênero, violência doméstica, dupla jornada de trabalho, maternidade e acesso limitado aos serviços de saúde mental.

A desigualdade de gênero é uma questão central que afeta a saúde mental das mulheres no Brasil. A sociedade brasileira ainda é patriarcal, o que resulta em violência de gênero, discriminação, machismo e estereótipos prejudiciais. Esses fatores têm um impacto significativo na saúde mental das mulheres, levando a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e transtornos alimentares.

A violência doméstica também é uma preocupação séria no Brasil e afeta a saúde mental das mulheres. Muitas mulheres enfrentam violência física, sexual e psicológica em seus relacionamentos, o que pode causar trauma e distúrbios de estresse pós-traumático. Além disso, a falta de apoio e suporte adequados para as mulheres que vivenciam violência doméstica pode agravar ainda mais sua saúde mental.

A dupla jornada de trabalho é outro desafio enfrentado pelas mulheres no Brasil. Muitas mulheres trabalham fora e também são responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a família. Essa carga excessiva de trabalho pode levar a altos níveis de estresse e esgotamento, afetando negativamente a saúde mental.

A maternidade também é um fator importante que afeta a saúde mental das mulheres no Brasil. Muitas mulheres enfrentam pressões e expectativas sociais em relação à maternidade, sofrendo de ansiedade, depressão pós-parto e outras condições relacionadas.

O sistema de saúde mental no Brasil é subdesenvolvido e muitas mulheres não têm acesso aos cuidados adequados. A falta de profissionais especializados, a falta de financiamento e a falta de informação contribuem para essa situação.

É fundamental que o Brasil adote medidas para melhorar a saúde mental das mulheres. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero, a conscientização sobre a violência doméstica e a implementação de políticas para garantir tratamento adequado e acessível para problemas de saúde mental. Necessário faz-se investir em pesquisas e programas de prevenção para melhorar a compreensão e o tratamento das questões específicas enfrentadas pelas mulheres na área da saúde mental.

IV. Conclusão

Para enfrentarmos esse avultado contexto da saúde da mulher, é necessário fortalecer o sistema de saúde, garantir acesso equitativo aos serviços de saúde, melhorar a qualidade do atendimento, promover ações de prevenção e conscientização, além de combater a violência de gênero e o estigma em relação à saúde mental. É fundamental investir em políticas de saúde que priorizem as necessidades específicas das mulheres e garantam um tratamento adequado e igualitário para todas.

Carecemos de investimentos significativos em pesquisa médica e desenvolvimento de tecnologias inovadoras, a fim de avançar no diagnóstico e tratamento de doenças que afetam particularmente as mulheres, como o câncer de mama, a endometriose e a depressão pós-parto.

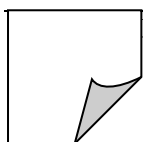
É importante também promover a educação em saúde, desde a puberdade, no contexto escolar, incentivando a adoção de hábitos saudáveis e a consciência dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Isso inclui o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes, assim como o direito a fazer escolhas informadas sobre a maternidade e o planejamento familiar.

No entanto, é necessário reconhecer que a promoção da saúde da mulher vai além do sistema de saúde formal. É essencial abordar as desigualdades de gênero que influenciam o acesso aos cuidados de saúde, como a pobreza, a discriminação e a falta de autonomia.

Portanto, é imprescindível que governos, organizações não governamentais e a sociedade como um todo se unam em um esforço conjunto para promover a saúde da mulher. Somente assim será possível garantir que todas as mulheres tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade, sem discriminação ou estigma, resultando em uma sociedade mais saudável, justa e igualitária para todos.

Referências

- [1] Alves, R. V. S., & Maffei, C. M. L. M. (Orgs.). (2010). *Mulheres E Saúde*. São Paulo: Roca.
- [2] Barbosa, R. M., Koyama, M. A. H., & Corrêa, C. (2012). Desigualdades De Gênero No Acesso E Uso Dos Serviços De Saúde Entre Adultos Brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2027-2038. Doi: 10.1590/S1413-81232012000800011



- [3] Bhui, K., Stansfeld, S., McKenzie, K., Et Al. (2005). Racial/Ethnic Discrimination And Common Mental Disorders Among Workers: Findings From The Empiric Study Of Ethnic Minority Groups In The United Kingdom. *American Journal Of Public Health*, 95(3), 496-501. Doi:10.2105/Ajph.2004.042556
- [4] Brown, D., Trevitt, J. L., Holmes, V. M., Et Al. (2020). Exploring Breast And Cervical Cancer Screening Among Rural Women In Costa Rica's Guanacaste Region. *Journal Of Immigrant And Minority Health*, 22(4), 648-654. Doi:10.1007/S10903-020-00998-2
- [5] Chandra-Mouli, V., & Patel, S. V. (2017). Mapping The Knowledge And Understanding Of Menarche, Menstruation, And Menstrual Hygiene Among Adolescent Girls In Low- And Middle-Income Countries. *Reproductive Health*, 14(1), 30. Doi:10.1186/S12978-017-0302-9
- [6] Diniz, D., & Lobato, L. V. C. (2008). *Mulheres E Saúde Na Literatura Brasileira. Bis: Boletim Do Instituto De Saúde, São Paulo.*
- [7] Facchini, L. A., Piccini, R. X., & Tomasi, E. (Orgs.). (2008). *Saúde De Mulheres: Uma Visão Multidisciplinar.* Porto Alegre: Artmed.
- [8] González, S., Servan-Mori, E., Montañez-Hernandez, J. C., Et Al. (2016). Health System Determinants Of Access To Contraception In Nine Mesoamerican Countries. *Health Policy And Planning*, 31(7), 941-950. Doi:10.1093/Heapol/Czv137
- [9] Morgan, R., & Bell, A. (2017). Prevalence And Predictors Of Postnatal Depression In Rural Uganda. *Journal Of Public Health In Africa*, 8(1), 675. Doi:10.4081/Jphia.2017.675
- [10] Ministério Da Saúde. (2016). *Cadernos De Atenção Básica: Saúde Das Mulheres.* Brasília: Ministério Da Saúde.
- [11] Ministério Da Saúde. (2017). *Direito À Saúde, Direito Sexual E Direito Reprodutivo Das Mulheres: Registro Do Debate Nas Conferências Nacionais De Saúde Das Mulheres.* Brasília: Ministério Da Saúde.
- [12] Pinto, M. V., & Santos, A. I. (Orgs.). (2013). *Gênero, Saúde E Sociedade.* Rio De Janeiro: Editora Fiocruz.
- [13] Sen, G., Östlin, P., & George, A. (2007). *Unequal, Unfair, Ineffective And Inefficient: Gender Inequity In Health - Why It Exists And How We Can Change It. Final Report To The Who Commission On Social Determinants Of Health.* Women And Gender Equity Knowledge Network - Who Commission On Social Determinants Of Health.
- [14] Un Women. (N.D.). *Women's Health: Key Facts.* United Nations Entity For Gender Equality And The Empowerment Of Women. Retrieved From <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures/womens-health>
- [15] Who. (N.D.). *Sexual And Reproductive Health: Human Rights.* World Health Organization. Retrieved From https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_and_reproductive_rights/en/
- [16] Who. (N.D.). *Gender And Health.* World Health Organization. Retrieved From <https://www.who.int/gender-equity-rights/understanding/gender-definition/en/>

